



BRASILIANAS

William França
brasilianas.cm@gmail.com



GDF formaliza pedido de recomposição salarial das forças de segurança do DF

Divulgação/PMDF



O acordo, proposto pelo GDF, foi feito junto ao Governo Federal e deve ser avaliado pelo Congresso Nacional

A ideia é conceder até 28,4% para a Polícia Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF com recomposição em duas parcelas: em dezembro de 2025 e a segunda em janeiro de 2026. Propostas foram encaminhadas ao Ministério da Gestão

A proposta de recomposição da remuneração da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal foi encaminhada ontem pelo secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, à ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O pedido é de que ela seja feita em duas parcelas, sendo a primeira a ser implementada em dezembro de 2025 e a segunda em janeiro de 2026.

Segundo o pedido, os índices percentuais são variáveis conforme o cargo, posto ou patente, que podem chegar a até 28,4%. “A medida tem por finalidade restaurar o equilíbrio remuneratório das forças de segurança do Distrito Federal em relação às forças policiais federais e de outros entes federativos, em observância ao disposto no art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, que atribui à União a organização e manutenção dessas corporações”, afirma a justificativa do texto.

De acordo com a proposta, um delegado da Polícia Civil da classe Especial chegará a R\$ 38.872 em janeiro de 2026 - o mesmo valor de um perito criminal. Um agente ou escrivão de polícia, de categoria Especial, passará a receber R\$ 23.440.

Para a PM e os Bombeiros,

os reajustes se darão no valor do soldo (que pode chegar a R\$ 4.800 para o posto de Coronel em janeiro de 2026), no valor do auxílio-moradia (R\$ 4.475 para coronéis) e nas chamadas VPE (vantagens pecuniárias especiais), que podem chegar a R\$ 15.452 (também para os coronéis).

Negociação acordada

Os valores foram aprovados na última sexta-feira (10), após negociações entre o governo federal – que é quem paga esses salários - e o governo do Distrito Federal. Para entrar em vigor, a medida ainda precisa do aval do Congresso. Como há acordo entre a União, o GDF e as categorias, a aprovação é tida como certa.

Segundo o GDF, a proposta decorre das negociações firmadas nos Fóruns de Diálogo entre o Governo Federal, o Governo do Distrito Federal e as entidades representativas das forças de segurança pública, formalizadas nos Termos de Negociação Salarial nº 1/2025 (PCDF - 184394042) e nº 2/2025 (PMDF e CBMDF - 184394069), assinados nos dias 7 e 10 de outubro de 2025, respectivamente.

“Tais negociações foram conduzidas nos termos da Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, que instituiu o Programa Permanente de Diálogo

Federativo e criou os Fóruns como instância de concertação entre os entes federativos”, diz o GDF. Como resultado desse processo, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos encaminhou ao Governo do Distrito Federal os respectivos termos, para posterior remessa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública — órgão responsável pela política de organização e manutenção das forças policiais do Distrito Federal —, a fim de viabilizar a alteração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2025.

Os recursos serão advindos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. “Por ser um fundo meramente contábil, o FCDF não possui personalidade jurídica própria, estando vinculado à União e integrando o Orçamento Fiscal Federal”, esclarece o GDF.

Sobre o impacto desta recomposição salarial nas contas públicas, o Governo do Distrito Federal afirma que ela é “plenamente comportável” no âmbito do Fundo Constitucional do DF. “Trata-se, portanto, de medida de equilíbrio fiscal e de justiça funcional, que reconhece o papel essencial das forças de segurança pública na preservação da paz social, da ordem pública e da integridade das instituições da República sediadas em Brasília”.

Tamanduá-bandeira resgatado em estado crítico faz fisioterapia no Zoo

Bethânia Cristina/Zoológico de Brasília



O primeiro sinal de recuperação do tamanduá-bandeira foi mexer a língua

A história de “Queijinho” é contada pela Assessoria de Imprensa do Zoológico de Brasília:

“Em outubro de 2024, o Hospital Veterinário do Zoológico de Brasília recebeu um paciente que mobilizou toda a equipe técnica. Era um tamanduá-bandeira macho adulto, de 35 quilos, encontrado em Unai (MG) e encaminhado ao Zoológico de Brasília pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O tamanduá-bandeira, carinhosamente apelidado pela equipe de Queijinho, chegou em estado crítico, com lesões perfurantes no abdômen e nas patas, causadas por ataques de cães, além de resquícios de queimaduras e sinais de trauma craniano grave, possivelmente causado por um atropelamento.

Queijinho chegou ao Zoológico de Brasília com hemorragia ocular, desidratação e infestação por carrapatos | Fotos: Bethânia Cristina/Zoológico de Brasília

“Queijinho foi encontrado em estado crítico. Ele também apresentava hemorragia ocular, desidratação e infestação por carrapatos”, relembra a médica-veterinária Tânia Junqueira, coordenadora de Medicina Veterinária do Zoológico de Brasília.

Após a chegada de Queijinho ao hospital, os profissionais da instituição iniciaram uma jornada intensa de tratamento e recuperação. Foram realizados exames de sangue, urina, ultrassono-

grafia, radiografia e tomografia. Os veterinários confirmaram o trauma crânioencefálico.

Segundo Tânia, o processo de recuperação exigiu paciência e persistência. “Depois de 24 dias do início do tratamento, Queijinho deu seu primeiro sinal de reação, quando movimentou a língua. Um gesto simples, mas que encheu toda a equipe de esperança”, conta. Durante cerca de 30 dias, Queijinho recebeu uma alimentação hipercalórica por sonda, pois não conseguia se mover nem se alimentar sozinho.

Processo de reabilitação

O primeiro sinal de recuperação do tamanduá-bandeira foi mexer a língua

Com a melhora gradual do quadro clínico e o retorno da alimentação voluntária, a equipe técnica do Zoológico de Brasília iniciou a fase de reabilitação de Queijinho. “Ele havia perdido cerca de 5 kg e apresentava grande perda muscular, dificuldades de coordenação e propriocepção.

Com isso, a equipe iniciou um rigoroso programa de fisioterapia, que incluía cinesioterapia e massoterapia, adaptadas conforme sua evolução”, explica Tânia.

Os resultados não demoraram a aparecer. Em um mês, o tamanduá-bandeira recuperou peso, força e equilíbrio. Após dois meses, os exercícios foram intensificados para estimular resistência e hipertrofia muscular. Três meses depois do início da fisioterapia, Queijinho foi transferido para um recinto de terra, com obstáculos naturais, onde pôde exercitar-se de forma mais livre e autônoma.

Atualmente, o tamanduá-bandeira segue sob acompanhamento da equipe técnica e de fisioterapia do zoológico, realizando exercícios semanais enquanto aguarda autorização para ser liberado em uma área de soltura controlada.”

Arruda reúne ex-secretários de seu governo

Divulgação



O ex-governador José Roberto Arruda na “Casa da Jô”, em Santa Maria

Desde que o presidente Lula sancionou no dia 29 de setembro as novas regras eleitorais e, com elas, permitiu mudanças na Lei da Ficha Limpa, o ex-governador José Roberto Arruda não ficou mais quieto. Ele colocou em prática a estratégia batizada de “Arrudeando Brasília”, na qual ele quer saber qual é a opinião da população à sua provável volta à cena política.

A largada foi na “Casa da Jô”, em Santa Maria, logo na primeira semana de outubro. Neste evento, dezenas de apoiadores ouviram Arruda. Durante a conversa, ele disse que pretende percorrer todas as cidades do Distrito Federal para ouvir a população antes de decidir sobre seu futuro político - o mesmo que ele havia declarado a esta coluna.

Aos presentes, Arruda apresentou três caminhos possíveis: permanecer fora da disputa, concorrer a deputado federal ou voltar a disputar o governo do DF.

Na primeira parada, a reação do público foi unânime: os presentes manifestaram apoio à terceira opção, incentivando o ex-governador a concorrer novamente ao cargo de chefe do Executivo local.

Primeiro-escalão

Na noite desta segunda-feira (13), Arruda reuniu-se com vários integrantes de seu então primeiro e segundo escalão, quando esteve à frente do GDF (entre janeiro de 2007 a março de 2010). O encontro foi na casa do ex-presidente da Terracap Antônio Gomes, no Sudoeste.

“Foi um astral muito positivo”, relatou um dos presentes ao encontro. Estiveram cerca de 50 pessoas. “Por nós, não tem volta. Ele será candidato a governador”, afirmou a mesma fonte desta coluna.

Arruda está sem partido desde o início deste mês, quando anunciou a sua desfiliação do PL (que estava filiado desde 2013). As maiores chances são de ele se filiar ao PSD (já teve sondagens do presidente do partido, Gilberto Kassab), mas o PSDB e o Avante também já o sondaram.

Corregedoria: Donizet inocente

Para órgão interno da CLDF, não há provas das acusações

Por Thamiris de Azevedo

A Corregedoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), presidida pelo deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL), emitiu um Parecer Prévio Opinativo no qual considera improcedentes as acusações apresentadas à Mesa Diretora contra o parlamentar Daniel Donizet (MDB), que responde a um processo administrativo com pedido de suspensão, protocolado por mem-

bros da Casa.

Agora, o parecer deve ser analisado pelo Conselho de Ética da CLDF na próxima semana. O parlamentar encontra-se em licença médica para tratar a saúde mental desde o dia 30 de junho, que se não renovado, finda no fim deste mês.

O Correio da Manhã teve acesso ao documento, no qual Roriz defende Donizet. “Tudo o que foi dito até aqui já evidencia o que de fato vem ocorrendo: uma campanha difama-

tória cujos contornos políticos conduziram à aceitação da denúncia, mesmo sem nenhum lastro jurídico”, diz o texto.

Entre as acusações contra o distrital, estão relatos de assédio sexual feitos por ex-servidores da Casa em 2023; a suposta omissão de socorro em um caso de estupro cometido por um assessor de seu gabinete; declarações públicas da influenciadora Andressa Urach sobre episódios de conduta abusiva, e um boletim de ocorrência re-

gistrado em 2025, que aponta tentativa de extorsão quando foi abordado dirigindo bêbado por policiais.

A Corregedoria afirma, em nota ao jornal, que a decisão se fundamenta na ausência de provas materiais, na inexistência de denúncia formal do Ministério Público quanto à suposta omissão de socorro, além do fato de o boletim de ocorrência relativo à tentativa de extorsão e assédio ainda estar em fase de análise judicial.

Assessoria Daniel Donizet



Para Roriz, Donizet é vítima de “campanha difamatória”